



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Preservação ambiental e desenvolvimento: percepção de moradores da comunidade de Praia dos Castelhanos, em Anchieta – ES, sobre o Projeto Tamar

Guilherme Dias Araújo¹

Alysson Rodrigo Fonseca²

Ana Paula Martins Fonseca³

Resumo: O objetivo deste trabalho foi analisar como a comunidade nativa da Praia dos Castelhanos na região de Anchieta-ES, onde atua uma base do Projeto Tamar, percebe as intervenções realizadas pelo projeto na região. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa através de entrevista semiestruturada, junto à moradores que vivem nesta comunidade, como forma de identificar elementos que possam servir de subsídios para elaboração de estratégias que orientem ações para o desenvolvimento local e a preservação ambiental. De um modo geral, os resultados obtidos evidenciaram a necessidade de maior envolvimento entre o Projeto, a comunidade e os turistas, uma vez que a ausência dessa interação prejudica o projeto como um todo e não permite um desenvolvimento sustentável da área em questão.

Palavras-chave: sustentabilidade, unidades de conservação, Projeto Tamar.

Environmental conservation and development: the perception of the residents of the Castelhanos Beach Community in Anchieta - Espírito Santo about Projeto Tamar

Abstract: The objective of this study was to analyze how the native community of Castelhanos Beach in the city of Anchieta - ES, where there is a Projeto Tamar's base, sees the intervention of the project in the region. For that, It was made a qualitative research through a semi-structured interview done with the residents of this community, as a way to identify elements that could serve as a base for the elaboration of strategies which can guide the actions towards the local

¹ Biólogo, Mestre em Desenvolvimento Regional, Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG / Unidade Divinópolis – MG. E-mail: guilhermedias30@yahoo.com.br

² Engenheiro Agrônomo, Doutor em Ciências/Entomologia, Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG / Unidade Divinópolis – MG. E-mail: arodrigofonseca@hotmail.com

³ Licenciada em Letras, Mestre em Educação, Cultura e Organizações Sociais, Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG / Unidade Divinópolis – MG. E-mail: amartins@divinopolisuemg.com.br

development and environmental preservation. It was possible to see that the results obtained showed a necessity of interaction between the project and the community, once that the lack of this interaction can harm the objective of the Projeto Tamar in the region.

Keywords: sustainability, conservation unit, Projeto Tamar

Introdução

Os seres humanos desempenham papel-chave na organização e constituição dos recursos bióticos, logo, na alteração de processos ecossistêmicos. Nesse sentido, a conciliação entre utilização e conservação dos recursos naturais imprime um projeto amplo e complexo de remodelação de conceitos e atitudes, principalmente no que se diz respeito aos processos produtivos em relação ao ambiente (VIANA, 1999; NOBRE e AMAZONAS, 2002; NEIMAN e RABINOVICI, 2008).

Através de projetos de desenvolvimento e/ou preservação ambiental que geralmente culminam em instrumentos de planejamento estratégico, tem-se desenvolvido no Brasil e em outras partes do mundo novas formas de contribuição para o enfrentamento de problemas ambientais. Neste contexto, como áreas estratégicas para a preservação dos ecossistemas, as Unidades de Conservação - UC's se constituem, atualmente, como foco de discussão política e socioambiental, visto que influenciam diretamente na conservação ambiental e na qualidade de vida das pessoas, especialmente as que vivem dentro ou próximas a elas. Dentro dessa concepção, Ferreira (2004) e Neiman e Rabinovici (2008) chamam a atenção sobre o fato que mais do que se implantar UC's, as políticas públicas deveriam voltar-se ao estabelecimento de novos modelos de gestão das áreas de interesse ecológico e ambiental, contando com a participação da comunidade nas decisões e estabelecendo uma troca de conhecimento.

O Projeto Tamar ou Programa Brasileiro de Conservação das Tartarugas Marinhas é um programa conservacionista de abrangência e relevância nacional, que atualmente é executado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, através do Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas (Centro Tamar - ICMBio), órgão governamental; e também pela Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisas das Tartarugas Marinhas (Fundação Pró-Tamar), instituição não governamental, de utilidade pública federal. Conta ainda com a participação de empresas e instituições nacionais e internacionais, além de organizações não-governamentais (MARCOVALDI e MARCOVALDI, 1999; PATIRI, 2002; TAMAR 2014).

Inicialmente o Tamar surgiu com o objetivo de proteger as tartarugas marinhas. Entretanto com o passar do tempo, percebeu-se que os trabalhos não poderiam ficar restritos às tartarugas, pois uma das chaves para o sucesso desta missão seria o apoio ao desenvolvimento das comunidades costeiras, de forma a oferecer alternativas econômicas que amenizassem a questão social, reduzindo assim a pressão humana sobre as tartarugas e a biota marinha de um modo geral (TAMAR 2014). Nesse sentido, o projeto tem buscado oferecer alternativas econômicas sustentáveis que amenizem a pressão humana sobre as tartarugas e possam envolver a comunidade local na preservação ambiental de todo o ecossistema. Atualmente o Tamar conta com 23 bases de pesquisas, em oito estados brasileiros, com o monitoramento de cerca de 1.100 quilômetros de praias costeiras e ilhas oceânicas, com a colaboração direta da população. Nas bases também ocorrem exposições e atividades de educação com uma média de um milhão de visitantes por ano (LIMA, 2003; MARCOVALDI, 2005; SUASSUNA, 2005; BAPTISTOTTE, 2010; TAMAR, 2014).

Por se tratar de um projeto de âmbito nacional e que tem em suas premissas a participação da população, o Projeto Tamar se torna um significativo objeto de estudo para a análise da relação das comunidades locais com as áreas de preservação ambiental. O objetivo deste estudo foi analisar as ações desenvolvidas pelo Tamar junto à comunidade nativa da praia de Castelhanos, localizada no município de Anchieta, no estado do Espírito Santo -ES, onde parte da região é atualmente uma Área de Preservação Ambiental - APA. Nesse sentido, visou identificar os avanços e entraves que resultam dessa interação, através da percepção de moradores da comunidade, buscando informações que poderão servir de subsídios para elaboração de estratégias que orientem as práticas sociais para o desenvolvimento local e a preservação ambiental.

Metodologia

O trabalho constou de uma pesquisa qualitativa, através de um estudo de caso, que teve como foco o Projeto Tamar, na comunidade de praia dos Castelhanos, pertencente ao município de Anchieta – ES. A comunidade foco desse estudo apresenta uma população de aproximadamente 110 famílias e está a 5 km do centro de Anchieta (inclusa na Rota do Sol e da Moqueca), a 20 km de Guarapari e a 80 km de Vitória, Capital do Estado. A praia de Castelhanos possui 2 km de extensão e é cercada por vegetação de restinga, apresentando

geralmente águas calmas, onde se formam piscinas naturais entre os recifes, especialmente na maré baixa (IBGE, 2010).

Na base de Anchieta, criada em 2003, o projeto monitora 34 quilômetros de praias, incluindo a praia dos Castelhanos, protegendo fêmeas, ninhos e filhotes da Tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*) e também juvenis de Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*) e de pente (*Eretmochelys imbricata*). A cada temporada são protegidos em média 100 ninhos e oito mil filhotes - cerca de 80% das desovas ocorrem em um trecho de 3,4 quilômetros da praia da Guanabara, maior sítio reprodutivo no sul do Estado, transformada em 1998 em Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal (TAMAR, 2014).

Os dados foram obtidos através de entrevista semiestruturada envolvendo moradores da comunidade de Anchieta – ES. Os entrevistados foram escolhidos através de indicações de pessoas pertencentes à população alvo do estudo, sendo a amostra inicial não probabilística e obtida através de informantes “chave” da comunidade em questão, sendo imprescindível que esses fossem moradores permanentes da comunidade e conhecessem o Projeto Tamar.

O número de entrevistados foi definido em função dos critérios de saturação, conforme proposto por Fontanella et al (2008). Segundo os autores, a amostragem por saturação constitui uma ferramenta conceitual frequentemente empregada nos relatórios de investigações qualitativas, sendo utilizada para estabelecer ou fechar o tamanho final de uma amostra em estudo. Inicialmente foram selecionados 20 informantes “chave” para as entrevistas, sendo a ordem definida através de sorteio. A saturação das informações foi atingida a partir do 9º entrevistado, sendo então a coleta de informações encerrada.

As entrevistas foram realizadas na Associação Pró-Praia dos Castelhanos - APPC, localizada em uma área conhecida pela comunidade e bastante acessível. As questões abordadas foram direcionadas a partir de três tópicos principais, a saber: (a) Os impactos sentidos pela comunidade devido a normatização proposta pela APA e pelo Tamar; (b) Ações desenvolvidas pelo projeto, participação e envolvimento da comunidade e (c) O Projeto Tamar e o desenvolvimento local.

Os dados das entrevistas foram registrados através de gravador e caderno de anotações. As informações coletadas foram analisadas através da metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2009). Tal metodologia basicamente consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições

de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Segundo a autora, o objetivo desse instrumento é descobrir as relações existentes entre o exterior e o próprio discurso, envolvendo operações de desmembramento e de classificação de suas unidades de registro.

Por se tratar de uma pesquisa que envolvia diretamente seres humanos (Resolução 466/12 CNS), o projeto foi encaminhado para um Comitê de Ética devidamente registrado, sendo aprovado através do Parecer Consubstanciado CAAE 04496012.1.0000.5115.

Resultados e discussão

As entrevistas contaram com a participação de nove indivíduos, número que possibilitou atingir a saturação das informações (FONTANELLA *et al.*, 2008). Visando resguardar a identidade dos indivíduos que participaram das entrevistas, foram criados nomes fictícios para os participantes. A Tabela 1 mostra o perfil dos participantes dentro das seguintes características: nome fictício, sexo, idade e tempo de residência na comunidade.

TABELA 1. Caracterização do perfil dos moradores participantes das entrevistas. Anchieta – ES.

Nome Fictício	Sexo	Idade	Tempo de residência na comunidade (anos)
Camila	Feminino	38	18
Cássio	Masculino	52	12
Gabriel	Masculino	37	23
João	Masculino	29	16
Lucas	Masculino	53	21
Márcio	Masculino	21	9
Marina	Feminino	16	16
Mário	Masculino	44	30
Pedro	Masculino	70	40

A maioria dos participantes (n = 7) eram do sexo masculino, havendo apenas duas (n = 2) mulheres. A idade dos participantes variou de 16 a 70 anos e todos tinham pelo menos nove anos de residência na comunidade, fato que julgamos ter sido importante para a discussão em relação as mudanças observadas pelos moradores desde a implantação do Projeto Tamar na região.

Os impactos da normatização de uso e exploração da região pelo projeto Tamar e pela criação da Área de Preservação Ambiental (APA)

Com a instalação da base do Tamar na região e a criação da Área de Preservação Ambiental (APA), várias normas de uso e exploração foram estabelecidas de modo a buscar uma melhora na qualidade ambiental e promover a preservação do local, especialmente no que se refere às áreas de desova das tartarugas marinhas. As entrevistas mostraram que essas normatizações acabaram por causar um impacto direto na comunidade, visto que parte das regulamentações, como por exemplo, a proibição de tráfego de animais domésticos na praia (visando prioritariamente a proteção dos ninhos de tartarugas marinhas), inicialmente não foram bem aceitas por alguns moradores. Entretanto, ficou também nítido que a maioria dessas regulamentações acabaram sendo aceitas e incorporadas pela população:

"Gostava de passear com meu cachorro na praia, fiquei chateada quando proibiram." (Camila - 38anos)

"No começo a comunidade até rejeitou as limitações que o projeto fez, mas depois a gente viu que era necessário" (Mario - 44 anos)

De acordo com Patiri (2002) quando ocorre a regulamentação de uma área com medidas que interferem na relação da comunidade com a região, a rejeição dessas medidas pela população geralmente é comum. Esse mesmo quadro é também evidenciado pelo estudo de Suassuna (2005), que relata a dificuldade na aceitação, por parte da comunidade, das medidas impostas na instalação de bases do Projeto Tamar em Regência – ES e Praia do Forte - BA. A autora também relata que ao longo do tempo essas comunidades foram percebendo a importância do trabalho desenvolvido pelo projeto e começaram a mudar hábitos e a ajudar na melhoria da qualidade ambiental da região.

Entre as regulamentações percebidas pela comunidade como positivas, pode-se citar as mudanças na organização do espaço, como a proibição de trânsito de veículos nas praias; a recuperação de áreas degradadas; a instalação de placas de conscientização e a distribuição de panfletos informativos em hotéis e pousadas e ainda, a abertura da base à visitação, com palestras para os visitantes. Os relatos relacionados às ações para coibir o trânsito de veículos nas praias foram pontuais e unânimes - praticamente todos os entrevistados estavam satisfeitos com a proibição e disseram se sentirem mais seguros ao andarem pela praia. Segundo o Tamar (2014) a proibição de trânsito de veículos em áreas

de desova de tartarugas é importante, visto que os veículos podem atropelar filhotes de tartarugas e outros animais silvestres, além de destruírem os ninhos. Dessa forma, foi claramente identificado através das entrevistas a satisfação dos moradores em relação a essa mudança e como eles se sentem mais seguros ao caminharem na praia da região:

“Antes a gente tinha problema com bugue, moto, até carro passando na praia, hoje isso acabou deixou algumas partes da praia mais segura” (Mario - 44 anos)

“As praias estão mais tranquilas de andar, antes era moto, bugue, a gente podia ser atropelado no meio da praia” (Márcio - 21 anos)

De acordo com Drumond (1999), em um programa de conservação, é importante que quando ocorra mudanças, que a comunidade que ali reside as veja de forma positiva, a fim de que haja um interesse na preservação ambiental e conseqüentemente o envolvimento dessa população na gestão e aplicação das normas dentro das áreas de proteção ambiental. Outro fator positivo identificado nas entrevistas foi a revitalização de áreas degradadas, especialmente no que se refere à partes de restinga (vegetação rasteira praiana que abriga várias espécies de plantas e animais), que foram isoladas e estão sendo recuperadas:

“Estão revitalizando a área com mata nativa, tá ficando muito bonito” (Cassio - 52 anos).

“Hoje a gente percebe que a praia tá mais bonita, mais bem cuidada, com mais verde, os turistas gostam da beleza e a gente também.” (Camila - 32 anos).

Tais ações de recuperação de áreas degradada são importantes para a sobrevivência, reprodução e recuperação de espécies animais e vegetais nativas, assim como para a contenção de areia pela ação do vento e também para o embelezamento da paisagem, o que deixa a região mais atrativa a visitantes. Nesse sentido, pode-se perceber no discurso dos moradores que as ações desenvolvidas na recuperação das áreas degradadas trouxe um resgate de espécies que aparentemente estariam sumindo da região:

“Antes aqui tinha muito daquele passarinho, agora eu esqueci o nome dele, aquele amarelo bonito... Ficou muito tempo sem ter ele, e agora já tem uns quatro anos que fico observando que eles voltaram e cada dia que passa ta tendo mais” (Pedro - 70 anos).

“Quando o Tamar chegou, proibiu algumas coisas na praia. Isso foi bom, porque hoje a gente tem mais peixinhos e a nossa praia ta mais bonita” (Marcio - 21 anos).

Esse fenômeno também foi apontado por Baptistotte (2010) no qual relata a recuperação de áreas para a preservação ambiental utilizando a tartaruga marinha como espécie alvo, com impacto positivo em outras espécies e na vegetação.

Outro impacto positivo relatado pelos participantes refere-se à ações focadas na educação ambiental, com a instalação de placas de conscientização, distribuição de panfletos informativos em hotéis e pousadas e à abertura da base à visitação, com palestras para os visitantes.

“Melhorou a consciência de quem mora aqui e quem vêm nos visitar” (Pedro - 70 anos).

“O projeto coloca alguns panfletos nos hotéis e os turistas ficam mais conscientes. Não sujam tanto a praia” (Marcio - 21 anos).

“A base fica aberta para visitação e os turistas vão lá e aprendem sobre o trabalho do Tamar e a região, e assim respeitam mais” (João - 29 anos).

Foi também notável como os participantes destacaram a importância das ações de conscientização, assim como sua influência na mudança de hábitos dos moradores e dos visitantes da região. Verificou-se uma postura mais respeitosa, com atitudes e pensamentos ligados a preservação da região. Alguns relatos relataram que com a chegada do projeto e regulamentação da área, os visitantes respeitam mais as sinalizações na praia e ficam mais interessados na conservação ambiental da região, querendo saber sobre o trabalho do Tamar e onde se localiza a base de visitação:

“Os turistas até respeitam mais as placas de sinalização que o Tamar coloca para conscientizar” (Camila - 38 anos).

“O Projeto Tamar é muito respeitado pelo turista, isso ajuda o turismo da região” (Mario - 44 anos).

“É até engraçado, tem turista que quando chega aqui fica encantado que aqui tem Tamar, ai fica perguntando onde que é a base, como que chega lá, se da pra ver tartaruga na praia” (João - 29 anos).

Resultados semelhantes foram obtidos por Lanna (2009) em Ubatuba - SP, ao constatar que o trabalho de educação ambiental desenvolvido na base do Tamar junto aos turistas e a regulamentação da área teve resultados diretos na redução da quantidade de lixo nas praias, uma vez que os visitantes, após conscientizados, se tornaram adeptos de atitudes preservacionistas. De acordo com Marcovaldi (2000), o Tamar é uma marca forte, de âmbito nacional, de forma que sua vinculação com a preservação das tartarugas e consequentemente do ambiente, faz com que os visitantes respeitem mais a legislação local

de conservação e se interessem mais por ações conservacionistas, o que traz benefícios diretos para as comunidades locais, o que pode ser constatado na fala do morador Gabriel:

“Antes aqui todo mundo fazia o que queria, podia tudo. Depois que o Tamar chegou, criou a APA e colocou as placas, agora todo mundo pensa mais antes de fazer qualquer coisa que prejudique o a natureza, ou pode dar problema”
(Gabriel - 37 anos).

Tal constatação vai de encontro aos pressupostos de Huller (2010), que defende que conscientização e educação ambiental é a principal forma de se conseguir que uma comunidade envolva com as questões ambientais e aceite mudanças. O autor também defende que com essas ferramentas é possível buscar o desenvolvimento sustentável, que traz em suas premissas a interação da comunidade com os projetos que ali buscam melhoras ambientais, pois sem o conhecimento e a participação dos moradores e visitantes, essa busca torna-se mais distante.

De acordo com Andrade *et al.* (2014), as atividades Ecoturísticas e Educação ambiental possuem papel fundamental no fortalecimento das relações entre população local, equipe das UCs e usuário. Então, num primeiro momento, a atividade ecoturística estará vinculada ao gerenciamento de UCs, seja ela de forma administrativa ou um empreendimento sem um profundo conhecimento das necessidades da localidade. Num segundo momento, a educação ambiental como outro recurso para a melhoria da estrutura dos projetos das UCs com a ajuda das comunidades.+-

Verificou-se também, no relato de alguns participantes, que ocorreram mudanças tidas por esses como negativas em relação a normatização, o que trouxe um impacto social direto à comunidade. Nesse sentido, foi evidente a insatisfação dos entrevistados em relação à adequação da iluminação na região e especialmente nas praias, que foi alterada e adaptada de modo a não prejudicar a desova e eclosão dos filhotes de tartarugas. Segundo o Tamar (2014), a incidência de luz artificial nas praias, prejudica fêmeas e filhotes de tartarugas marinhas. Se a praia está iluminada inadequadamente, as fêmeas deixam de desovar, evitando essa parte do litoral. Os filhotes, por sua vez, ficam desorientados e ao invés de seguir para o mar, guiados pela luz do horizonte, caminham para o continente, atraídos pela iluminação artificial onde são fatalmente atropelados, devorados por predadores como cães e raposas, ou morrem de desidratação.

Portanto, com essas mudanças, algumas regiões da praia acabaram ficando com uma iluminação mais pobre e escura, sendo que todos os entrevistados (n = 9) relataram

problemas, principalmente relacionados à violência e criminalidade. O maior receio dos entrevistados foi de que a praia passasse a ter uma conotação como "lugar perigoso" pelos turistas, fato que afetaria diretamente o turismo da região e conseqüentemente a desenvolvimento e a renda local.

“Tiraram as lâmpadas de iluminação da praia por causa das tartarugas, agora tem certas áreas que estão escuras e estamos tendo problemas de furto” (Lucas - 53 anos).

“Um ponto negativo do projeto foi adequar a iluminação. Eles falaram que iam mudar as lâmpadas para melhorar para as tartarugas, mas não colocaram as novas. Agora tem lugar que está escuro e perigoso” (Camila - 38 anos).

"Até os turistas já sabem que tem umas partes aqui que estão escuras e que eles devem evitar. Isso acaba deixando a gente com fama de lugar perigoso" (Pedro - 70 anos).

Os moradores também relataram que vários pedidos foram feitos ao Tamar para que houvesse a instalação de novas lâmpadas e melhoria da iluminação, porém nada havia sido passado à eles em relação a esta instalação seria feita. De acordo com Huller (2010), quando se observa impactos negativos em comunidades localizadas em áreas de preservação ambiental, é necessário que o órgão gestor seja efetivo e rápido na adequação da norma à realidade da comunidade. E caso seja de extrema necessidade a aplicação da norma, a comunidade deve ser informada e instruída sobre a importância da mudança normativa e suas conseqüências. Caso haja uma demora na adequação da norma a realidade da comunidade, o envolvimento da população com os órgãos gestores pode ser afetado, gerando um distanciamento da interação entre esses autores.

Ações desenvolvidas pelo Projeto Tamar, participação e envolvimento da comunidade

De um modo geral, os relatos dos participantes chamaram a atenção ao fato que o projeto poderia envolver mais os moradores da comunidade, uma vez que esses poderiam contribuir para a conscientização ambiental dos turistas, assim como informá-los sobre as atividades desenvolvidas pelo projeto. De acordo com Tamar (2014), um dos pilares para o desenvolvimento do trabalho de preservação é a participação e envolvimento da comunidade nas ações propostas pelo projeto, razão pelo qual traz o desenvolvimento sustentável como conceito base para a criação de programas e atividades a serem implantadas em locais onde o projeto se instalou. Entretanto, esse quadro mostrou-se

contraditório de acordo com os relatos dos moradores entrevistados, evidenciando uma situação inversa aos preceitos do projeto:

“Os turistas perguntam onde que é o Tamar, quando que abri para visita, quais as tartarugas que tem aqui na região, um tanto de coisa... e na maioria das vezes a gente não sabe informar” (Marcio - 21 anos).

“Se o projeto quisesse, poderia usar os próprios moradores para informar do que eles fazem aqui na praia, que é um trabalho legal. Eu participaria...” (Marina - 16 anos).

“Se tivesse mais interação a gente podia ajudar mais o projeto. Com fiscalização, informação para os turistas, idéias para melhorar a praia, essas coisas.” (Camila - 38 anos).

De acordo com Bensusan (2006) a posição isolada de uma instituição acerca dos problemas ambientais é infrutífera caso a comunidade não esteja envolvida. Pois alterar os fatores que colaboram com a degradação ambiental exige uma mudança de consciência por parte da população local, dessa forma a participação desses agentes na tomada de decisões se faz extremamente importante. Outro fator importante observado na fala dos participantes foi a falta de continuidade nas ações que foram desenvolvidos pelo Tamar na região de Anchieta - ES. Muitos relataram que os projetos não tiveram continuidade, ficando pouco ou nenhum resultado significativo para a comunidade.

“O Tamar só começa esses projetos “fogo de palha” e para. Precisa ter continuidade” (Lucas - 53 anos).

“Quando começou o projeto era bom, mas eles começaram algumas coisas e pararam” (Camila - 38 anos).

A falta de continuidade nas ações desenvolvidas por organizações que envolvem a participação comunitária, acaba por gerar uma falta de confiança por parte do moradores, fato este que pode ser prejudicial para a relação da instituição com a comunidade, pois esta geralmente perde o interesse em participar de ações que poderiam melhorar a qualidade ambiental da região. Essa ideia fica clara na fala de um dos entrevistados:

“Quando você conhece os trabalhos do Projeto Tamar é maravilhoso, mas aí você vê que não vai dar em muita coisa não. Porque começa e para. Eu já nem ligo mais quando eu ouço que eles querem começar alguma coisa” (Marina - 16 anos).

Dessa forma, de acordo com Bédard (2007), é importante que haja um planejamento adequado de programas, em que a população tenha participação direta na

criação e execução das ações. Portanto, torna-se importante o conhecimento do cronograma das atividades e dos objetivos de cada ação, de forma que a comunidade possa contribuir de maneira eficaz, com confiança e motivação para participar de projetos em execução e futuros.

Dentre as ações que eram desenvolvidas pelo Tamar junto à população em Anchieta – ES, foi citado pelos entrevistados a “abertura de ninhos” de tartarugas nas praias. Nessa atividade, os pesquisadores do projeto faziam a abertura dos ninhos para contagem e balanço do número de ovos e filhotes, que eram mostrados para os turistas e levadas ao mar para seguirem seu ciclo de vida. Tal ação envolvia os turistas e comunidade local durante o período de eclosão dos ovos, que coincidia com a alta temporada turística. Segundo a fala dos entrevistados, a abertura de ninhos era uma atividade na qual haviam vários turistas interessados e que nos hotéis, pousadas e quiosques eram avisados os dias que aconteceria.

"Quando começou tinha a abertura de ninho que todo mundo gostava, mas já acabou a um bom tempo" (Marina -16 anos).

"Os turistas adoravam a abertura dos ninhos, porque eles podiam ver os filhotes. Já vi abertura de ninho aqui com muito turista, tinha até cordão de isolamento" (Camila - 38 anos).

Os entrevistados relataram ainda que essa atividade aconteceu somente no início da instalação do projeto na região e que depois de um tempo parou de ser realizada, sem motivo aparente. Entretanto, quatro deles não tinham certeza se essa atividade havia se iniciado novamente, o que evidencia a falta de informação desses moradores em relação as ações desenvolvidas pelo Tamar em sua comunidade. Essa carência na troca de informações (e serviços) entre o projeto e os moradores aparece também em outros discursos:

"Agente precisa melhorar a comunicação, faltam eles buscarem mais a população. Nós não sabemos nem o horário de funcionamento do projeto" (Pedro - 70 anos).

"Quando o Tamar iniciou seus trabalhos aqui, eu me voluntariei para ajudar e poder dar idéias, porém não houve muito interesse" (Lucas - 53 anos).

Para que os resultados sejam vistos como uma conquista social, a participação da comunidade se torna indispensável. A população envolvida deve ser protagonistas da mudança e agentes ativos no processo de melhoramento da qualidade ambiental. Lerípio (2000) enfatiza que a comunidade precisa expor suas ideias, de forma a tornar seu ponto de

vista algo significativo nas tomadas de decisões. Pois a mudança gerada por esses debates irá afetar de forma direta o modo de vida dessas pessoas. Tal afirmação fica evidente na fala de Pedro - um dos entrevistados: *“Maior participação da comunidade é importante.”*

Sendo reconhecidamente a participação da comunidade envolvida um dos pilares do Projeto e do envolvimento sustentável (Tamar, 2014), é essencial que este busque novas formas de envolvimento da população na discussão e implantação de ações na região. Esse afastamento da comunidade com o projeto, claramente verificado na fala dos participantes, precisa ser superado a fim de que o projeto e a comunidade possam agir de forma coletiva e buscando o bem comum, que é a preservação ambiental e a melhora na qualidade de vida da comunidade.

Um ponto importante a ser ressaltado é que grande parte dos participantes (n=7) reportaram terem sido bem recebidos quando procuram o projeto, o que é uma constatação positiva, visto que uma relação saudável entre as pessoas que trabalham no Tamar com os moradores das comunidades envolvidas é essencial para o sucesso dos programas, assim como para a melhoria da qualidade ambiental. Tal constatação pode ser verificada através dos relatos:

“O povo lá nos recebem muito bem, eles nos recebem com muita educação” (Camila - 38 anos)

“Lá a gente é muito bem atendido” (Gabriel - 37 anos)

Embora estas constatações sejam positivas, torna-se necessário a busca de uma interação mais efetiva junto à população, de forma a propiciar maior participação e interesse da comunidade.

O Projeto Tamar e o desenvolvimento local

No que se refere à importância do Projeto no desenvolvimento econômico da comunidade e região, os relatos não evidenciaram uma relação clara entre as ações do Tamar e a melhoria na geração de renda por parte dos indivíduos investigados. De um modo geral, os relatos reportaram que apesar do projeto Tamar estar instalado a alguns anos na comunidade, ainda não havia acontecido nenhum fator importante que demonstrasse que o projeto estivesse investindo no desenvolvimento econômico da região:

"O Tamar não melhorou a condição do povo aqui, pelos se melhorou a renda não foi por causa do projeto" (Pedro - 70 anos).

"Já ouvi falar que o projeto melhora as condições da região que ele chega, mas pra mim não mudou nada não" (João - 29 anos).

Cabe ressaltar que essa constatação é contrária aos preceitos do próprio projeto, pois segundo Tamar (2014), quando este se instala numa região, busca formas de melhorar as condições econômicas e sociais da comunidade, de modo a trazer os moradores para junto do ideal de preservação ambiental e melhorar a realidade das pessoas que ali residem. Nesse sentido, esta interação entre o projeto e as comunidades adjacentes tem resultado em novos acordos cooperativistas, melhorando a qualidade de vida através de postos de trabalho e fomentando o senso de cidadania.

Apesar dessa constatação, alguns estudos realizados em outras bases do Tamar mostraram uma influência positiva do projeto sobre a economia regional. De acordo com Marcovaldi (2005), em Regência - ES, houve um aumento significativo no número de visitantes após a instalação da base do Projeto na região, o que trouxe avanços econômicos, principalmente onde se teve um trabalho integrado da comunidade com o projeto. O autor também destaca que na região, o Tamar vem desenvolvendo ações em prol do Desenvolvimento com a participação direta dos representantes comunitários, sendo essas compostas de quatro linhas prioritárias: a preservação do meio ambiente; a inclusão social através do surgimento de novas oportunidades de trabalho e renda; a implantação de práticas e alternativas econômicas e por fim, o fortalecimento da democracia através de uma gestão participativa. Segundo o autor, esse trabalho foi importante para trazer a comunidade junto ao Tamar no planejamento de ações, e conseqüentemente fez com que esta se interessasse mais pelo trabalho desenvolvido pelo projeto, além de proporcionar a criação de estratégias para o desenvolvimento econômico local.

Fonseca (2011) também ressalta que 25 % dos visitantes da região de Ubatuba- SP apontaram que a existência de uma base do projeto na região influenciou na escolha do destino para suas viagens turísticas. Outro fator importante é que grande parte desses turistas também já relataram ter visitado outras bases do projeto em outros lugares, deixando clara a importância do projeto como atração turística nas regiões onde se encontram bases abertas à visitação.

Uma situação interessante constatada através das falas dos entrevistados refere-se ao fato desses conseguirem indicar claramente possibilidades de parcerias entre o Tamar e a comunidade:

“O Tamar podia ter uma lojinha aqui igual tem nos outros lugares. Aqui a gente mal vê os turista usando coisas do Tamar. E eles sempre perguntam onde que tem coisa do Tamar pra comprar” (Gabriel - 37 anos).

“O pessoal do projeto aqui poderia fazer um parceria com os quiosques. Os quiosques podiam vender os produtos do Tamar, e ficar com um pouco do lucro do que foi vendido. Assim seria bom pro Tamar e pros moradores” (Lucas - 53 anos).

Caso parcerias como as citadas pelos moradores fossem feitas na região de Anchieta - ES, certamente a população e o projeto poderiam ser beneficiados. Segundo Patiri (2002), em algumas regiões onde existem lojas nas bases do projeto, estas vem sendo de grande importância, não só para a captação de recursos para o projeto, mas também na empregabilidade de moradores dessas regiões. O autor cita que no ano de 2001, a loja do Centro de Visitantes do Tamar, na Praia do Forte (BA), vendeu 36.724 peças produzidas, enquanto que Fernando de Noronha (PE) vendeu 22.146 peças. Cabe ressaltar que nessas lojas foram empregados somente moradores da região.

De acordo com Sirvinskas (2002) e Nobre e Amazonas (2002), quando projetos de preservação ambiental envolvem mais as comunidades e investem no desenvolvimento econômico da região, as chances de ações conservacionistas terem sucesso aumentam consideravelmente. Nesse sentido, quando não há um envolvimento da comunidade com os projetos de preservação ambiental e não há investimentos do projeto no desenvolvimento da região, a comunidade ao invés de se tornar um aliado importante na preservação, acaba tornando-se um problema. Isso acontece porque os moradores passam a considerar a normatização do uso dos recursos um obstáculo, que impede o crescimento econômico das famílias residentes na região.

Considerações Finais

Os resultados mostraram o reconhecimento de ações positivas desenvolvidas pelo projeto Tamar junto à comunidade estudada, entretanto, a interação entre ambos mostrou-se deficiente, evidenciando um afastamento da população em relação às ações e propostas do projeto. Torna-se necessário, portanto, uma maior participação social, integrando os moradores de forma a desenvolver uma relação simbiótica que tenha como resultado o desenvolvimento regional e a preservação ambiental.

Portanto, torna-se fundamental que o Tamar repense formas de ter a população mais próximo às suas atividades e invista em melhorias na qualidade social e econômica, visto que os próprios moradores se mostraram dispostos a participar e interagir com o projeto de maneira a buscar ações que tragam maior interação e resultem em um envolvimento sustentável que traga como resultado a preservação ambiental conciliada com o desenvolvimento social da comunidade e seu entorno.

Referências

ANDRADE, Mariana Barbosa; Andrade, CIALY, Rolemberg; SANTANA, Ivelise Fernanda Silva; VIEIRA, Lício Valério Lima. Geografia, Turismo e Educação Ambiental no município de Pirambu-SE: uma estratégia para a valorização da consciência ecológica. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 2, n. 2, p. 9-19, 2014.

BAPTISTOTTE, Cecília. Projeto Tamar- ICMBIO – 30 anos protegendo as tartarugas marinhas no Brasil. **Ciência Veterinária nos Trópicos**, v. 13, n. 5, p. 83-87, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 2009. 229p.

BÉDARD, Maria do Carmo Bezerra Maciel. Os impactos ambientais, A consciência ecológica e “A questão amazônica” como problema sócio-político internacional. **Revista Jurídica**, v. 8, n. 82, p.112-132, 2007.

BENSUSAN, Nurit Rachel. **Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 176p.

DRUMOND, Marcos Antônio. **Oficina sobre gestão participativa em Unidade de Conservação**. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2 ed. 1999. 174p.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira. **Ambiente e Sociedade**, v.7, n.1, p.47-66, 2004.

FONSECA, Priscilla Ingrid Pereira. **Educação ambiental no contexto da atividade turística realizada no Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Picinguaba e no Projeto Tamar – base Ubatuba**. 2011. 77f. Monografia (Curso de Ciências Biológicas) UNESP/Rosana, São Paulo, SP, 2011.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Caderno de Saúde Pública**, v. 24, n.1, p.17-27, 2008.

HULLER, Alexandre. A educação Ambiental em Órgãos Públicos Municipais através da A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) como uma nova ferramenta de Gestão. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 25, n.6, p.385-399, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. Brasília, 2010.

LANNA, Karina. Ecoturismo e Projetos Ambientais Estudo de caso do Projeto Tamar **Revista Itinerarium**, v.2, n.8, p.1-26, 2009.

LIMA, Eduardo Henrique Soares Moreira. Helping the people help the turtles: the work of Projeto TAMARIBAMA in Almofala, Brazil. **Marine Turtle Newsletter**, n.91, p.7-9, 2001.

LERÍPIO, Denize Longaray. **Educação Ambiental e cidadania**: a abordagem de temas transversais. 2000. 89f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MARCOVALDI, Maria Angela; MARCOVALDI, Guy Guagni dei. Marine turtles of Brazil: the history and structure of Projeto TAMAR-IBAMA. **Biological Conservation**, v.28, n.91, p.35-41, 1999.

MARCOVALDI, Maria Angela. **Assim nasceu o projeto Tamar**. Salvador: Fundação Pró- Tamar. 2000. 93p.

MARCOVALDI, Maria Angela. Projeto TAMAR-IBAMA: Twenty-five Years Protecting Brazilian Sea Turtles Through a Community-Based Conservation Programme. **MAST**, v. 3, n.2, p.39-62, 2005.

NEIMAN, Zysman; RABINOVICI, Andréa. Envolvimento sustentável em Comunidades de Conservação. OLAM: **Ciência & Tecnologia**, v. 8, n. 2, p. 6-30, 2008.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho. **Desenvolvimento sustentável**: a institucionalização de um conceito. 2.ed., Brasília: Edições IBAMA, 2002. 367p.

PATIRI, Victor. **Projetos ecológicos e o desenvolvimento local – estudo de caso do projeto TAMAR**. 2002. 242 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Mestrado Profissional em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

PROJETO TAMAR. Disponível em < <http://www.tamar.org.br/> > Acesso em: 28 de junho de 2014.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Meio ambiente e cidadania. **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**, v.3, n. 35, p. 305-307, jan.2002.

SUASSUNA, Dulce Maria Filgueira de Almeida. Entre a dominação racional-legal e o carisma: o Projeto Tamar e sua intervenção em comunidades pesqueiras do litoral brasileiro. **Sociedade e Estado**, v. 20, n. 3, p. 521-539, 2005.

VIANA, Virgílio Maurício. Envolvimento sustentável e Conservação das Florestas brasileiras. **Revista Ambiente & Sociedade**, v.6, n.5, p.241-244, fev. 1999.

Submetido em: 26-05-2015.

Publicado em: 09-12-2015.